

NOTAS SOBRE "PADRÕES" NA OBRA DE KEYNES — *TRATADO* *E TEORIA GERAL**

J. A. Kregel**

O debate econômico dos anos 20 foi dominado pela especulação acerca de qual sistema monetário doméstico ou internacional prevaleceria em substituição ao padrão-ouro vigente no Pré-Guerra. O uso do ouro conformava um padrão "objetivo", dado que baseado em uma mercadoria (*commodity*) de características inmutáveis. Se o "automatismo" do padrão-ouro tivesse que ser substituído por um sistema de "moeda administrada", um novo "padrão" seria requerido para orientar a administração da moeda. Desde seu **Uma Abordagem sobre a Reforma Monetária** (*Tract on Monetary Reform*), Keynes mostrava-se preocupado com a questão relativa ao "padrão" apropriado ao adequado gerenciamento da moeda, em particular, e para a análise econômica e a estabilização econômica em geral.

O primeiro rascunho do índice do livro que se seguiu ao **Tract** (o qual se tornaria o **Tratado sobre a Moeda** — *Treatise on Money*) teve como título **O Padrão de Valor** (*The Standard of Value*; julho de 1924) e argumentava em favor de um padrão de valor internacional "administrado", mas que ainda teria por base o ouro. Por volta de outubro de 1924, o título inicialmente escolhido para o livro havia sido mudado para **O Padrão Monetário** (*The Monetary Standard*), e o seu conteúdo havia sido ampliado de forma a abranger a teoria e a prática de um padrão "ideal", definido a partir dos seguintes requisitos:

- possibilidade de ajustamento a curto prazo;
- possuidor de valor intrínseco;
- estabilidade do valor intrínseco a longo prazo;
- aceitação universal.

* Este ensaio desenvolve temas originalmente abordados in Kregel, (1989). Foi apresentado na Conferência "Quels Etalons pour Mesurer les Grandeurs Economiques", realizada no Hotel de la Monnaie, em Paris, no mês de abril de 1993; é uma tradução de Argus Ruy Guex de Oliveira. Engenheiro, pós-graduado em Economia, e Gerente de Planejamento do BRDE.

** Professor de Economia Política da Universidade de Bolonha.

Foram passados em revista vários possíveis padrões e incluídos alguns tipos baseados em mercadoria composta, os quais já haviam sido propostos à época. Por volta de março de 1925, o livro tinha se tornado **A Teoria da Moeda**, referida à determinação do princípio de um padrão monetário **ideal** (The Theory of Money, with reference to the determination of the principle of an ideal standard). Três meses mais tarde, qualquer referência a padrões de valor haviam desaparecido completamente do título, o qual se tornou simplesmente **A Teoria da Moeda e do Crédito** (The Theory of Money and Credit). O título final, **Um Tratado sobre a Moeda** (A Treatise on Money), foi adotado em algum momento entre agosto de 1926 e junho de 1927.

Durante esse período de transição para o título final, Keynes continuou seus estudos históricos sobre a moeda, ao mesmo tempo em que a Grã-Bretanha se voltava para o padrão-ouro. E justamente quando o Reino Unido retornava ao ouro, Keynes dele parecia se afastar. Embora, ainda nessa época, favorável a um padrão-ouro administrado internacionalmente, a versão final desse livro não mais se constitui numa investigação a propósito de um padrão ideal, mas trata-se de uma investigação sobre "a teoria e os fatos" daquilo que Keynes chama, no Prefácio, "Moeda Representativa (?) tal como ela existe no mundo moderno" (*Representative Money as it exists in the modern world*).

Moeda Representativa pode ser simplificadamente definida como dívida privada (tal como moeda bancária) criada para servir como meio de transação, ou uma dívida pública, tal como as obrigações mobiliárias de um Banco Central, as quais são declaradas como moeda legal para fins de resgate de dívidas públicas ou privadas; portanto, exonerando uma dada mercadoria de sua função de lastro e meio de resgate dessas dívidas.

A partir dessa definição, Keynes aborda o padrão ideal do ponto de vista da questão da administração da Moeda Representativa, o qual, ele argumenta, na verdade, precedeu a introdução do padrão-ouro na Inglaterra. Em realidade, o padrão-ouro é por ele definido como um "sistema misto administrado" (KEYNES, 1930, p.16), visto que este não era um sistema cujo funcionamento tivesse por base uma pura mercadoria-dinheiro estabilizada com respeito a um padrão objetivo — o ouro —, mas, sim, um sistema que consagrava "os usos da Moeda Representativa", que "(...) havia se tornado tão familiar e aceitável para o público, e tão lucrativa para o Tesouro e para o Banco da Inglaterra" (Keynes também observou a existência de sistema alternativo, o qual se utilizava das taxas de câmbio de outro país como um padrão, o "Padrão-Câmbio").

Keynes critica a operação desse sistema misto, porque ele peca na tentativa de "(...) fazer com que a Moeda Representativa se comporte exatamente como se fosse uma mercadoria-dinheiro" (KEYNES, 1930, p.17). Por outro lado, ele considerava que o sucesso de um "sistema misto administrado" dependia do reconhecimento da "conexão entre a política monetária (*bank rate policy*) e a sustentação do padrão".

Assim, o problema — que não é novo em economia — é definir um padrão que sirva como um ponto de referência para a administração da Moeda Representativa. Num padrão-ouro, este é o conteúdo da mercadoria contido na unidade monetária (que

também freqüentemente é a unidade de conta): a razão de cunhagem.¹ Num sistema de Moeda Representativa, isso não é possível, dado que dívidas são resgatadas por obrigações de mesma natureza, não por um terceiro ativo; daí o erro de fazer funcionar o sistema misto como se Moeda Representativa fosse uma mercadoria-dinheiro, tal como o ouro.

"Quando, entretanto, o que era meramente um débito se tornou dinheiro-propriadamente-dito, ele mudou sua natureza e não pode mais ser reconhecido como um débito, dado que é da essência de um débito somente ser satisfeito através de alguma coisa outra que não ele mesmo." (KEYNES, 1930, p.6).

Como conseqüência, um sistema como esse não possui um padrão natural "em termos de outra coisa que não ele mesmo" através do qual possa vigir, decorrendo daí a procura pelo padrão ideal, o qual pode ser tanto subjetivo como objetivo.

Keynes faz a revisão crítica dos possíveis candidatos a padrão ideal no Livro II, **O Valor da Moeda** (*The Value of Money*), começando com o Poder de Compra da Moeda ou o Padrão Consumo:

"Dado que o Poder de Compra da Moeda em um dado contexto é função da quantidade de bens e serviços que uma unidade de moeda poderá comprar, resulta que o mesmo pode ser medido pelo preço de uma mercadoria composta construída a partir dos diferentes bens e serviços consumidos, na proporção dos gastos individuais com cada um deles. Adicionalmente, existem muitos perfis de consumo(...) correspondendo cada um deles a uma determinada mercadoria composta. O preço de uma mercadoria composta que seja representativa de dado perfil de consumo deve ser denominado Nível de Preços; e as séries numéricas indicativas das variações desse nível devem ser denominadas Números-Índices" (KEYNES, 1930, p.53).

Essas considerações conduzem Keynes a uma longa digressão sobre números-índices (é notável que muitas das questões relativas a questões de contabilidade nacional que afloram na **Teoria Geral** já estão presentes aqui, por exemplo, a necessidade de se computarem somente os bens e os serviços finais, eliminando a dupla contagem decorrente de bens intermediários, etc.).

No entanto não há razão para se limitar a definição do padrão ao poder de compra referido a mercadorias. Há também o "Poder-Trabalho do Dinheiro ou Padrão-Remuneração" (*Labour Power of Money or Earnings Standard*), que representa a capacidade de o dinheiro comprar unidades de esforço humano (ou de capacidade-padrão do trabalho). Mais ainda, se dividirmos o Poder de Compra da Moeda referido a mercadorias ($1/P$, onde P é um índice de preços de mercadorias) pelo Poder de Compra da Moeda referido ao salário ($1/W$, onde W é um índice de eficiência do trabalho), resulta

¹ Proporção entre o peso da mercadoria-dinheiro pura contida na unidade de moeda e o peso total desta (N. T.)

daí o que se pode chamar de Nível de Vida, um índice que retrata o efetivo poder de compra e que se poderia denominar de salário real quando ajustado pelo índice apropriado de custo de vida e de remuneração do trabalho. Esses dois padrões, ou sua combinação, Keynes aponta como os mais apropriados para definir o novo padrão.

Antes de analisar a utilidade desses padrões para a administração da Moeda Representativa, Keynes observa que nenhum deles é equivalente àqueles presentes na teoria econômica da época, notadamente nas várias versões da teoria quantitativa que, ao invés, eram baseadas no que Keynes chama de "Padrões em Moeda Corrente" (*Currency Standards*). Estes "(...) ponderam diferentes bens, não na proporção de sua importância para os consumidores, mas na razão de sua importância em relação ao volume quer de transações, quer de ativos líquidos". Keynes rejeita, dessa forma, tanto o Padrão-Transações Monetárias (*Cash-Transactions Standard*) de Irving Fisher, como o Padrão-Ativos Líquidos (*Cash-Balances Standard*) de Alfred Marshall, ambos por não serem "objetivos", no sentido de serem o "objeto" de uma decisão econômica concreta. Estes são considerados meras construções teóricas, em oposição ao Padrão-Poder de Compra ou ao Padrão-Trabalho, os quais

"(...) são fundamentais numa forma tal que níveis de preços medidos com base em outras formas de gastos não o podem ser. Esforço humano e consumo humano são as coisas últimas a partir das quais se pode derivar algum significado para uma transação de natureza exclusivamente econômica; e todas as demais formas de gasto somente adquirem importância quando postas em relação, em algum momento, com o esforço de produtores ou o gasto de consumidores. Eu proponho, portanto, uma ruptura com o método tradicional de fixar o padrão a partir da quantidade total de moeda independentemente dos propósitos de sua destinação, e, em vez disso, começar (...) com sua dupla divisão: (1) nas partes que foram recebidas através da produção de bens de consumo e de bens de investimento, respectivamente; e (2) nas partes que foram gastas em bens de consumo e em poupança, respectivamente" (KEYNES, 1930, p.76).

As condições que o **Tratado** estabelece para a estabilidade de preços estão, dessa forma, dadas a partir da equivalência das seguintes duas proporções: ganhos do setor de bens de consumo *versus* ganhos do setor de bens de investimento; e gastos de investimento *versus* poupança. Se a razão entre a renda gerada na produção de bens de consumo e o valor total da produção total é igual à razão entre os gastos em bens de consumo e a renda total "(...) então o nível de preços dos bens de consumo estará em equilíbrio com os seus custos de produção" (KEYNES, 1930, p.134).

Keynes desenvolve essa proposição com base na equação fundamental para a determinação do preço dos bens de consumo, $P = (1/e) W + (I' - S)/R$, quando $I' = S$; $P = (1/e) W$, onde W é a taxa de salários por unidade de esforço humano; e é a produtividade do trabalho, e $(1/e) W$ é a taxa de ganhos por unidade de produção R ; em resumo, os preços igualam-se aos custos unitários do trabalho.

Assim, se o padrão, em termos de poder de compra, é medido por $1/P$, e o padrão referido ao trabalho é $1/W$, ambos se reduzem à mesma expressão quando $I' = S$. Outra

forma de enunciar essa proposição é dizer que, administrando-se a moeda para produzir estabilidade, isso fará com que "o poder de compra da moeda referido ao trabalho" e "o poder de compra da moeda referido a mercadorias" se tornarão equivalentes quando corrigidos pelas diferenças na produtividade do trabalho, e, de tal sorte, que $1/e = P/W$. Em consequência, $WN = PR$ e $W/P = R/N$, que é o "Padrão de Vida". Não há, portanto, diferença entre os três padrões. Isso significa que os salários monetários têm a mesma quantidade de **poder de compra** no que diz respeito tanto aos bens-salário (W/N) quanto aos bens de produção (R/N). Keynes conclui então que, para o Poder de Compra da Moeda ser estável, "(...) os ganhos de produtividade devem ser constantes e (...) o custo do investimento novo deve ser igual ao volume da poupança corrente" (KEYNES, 1930, p.136).

A partir do momento em que Keynes escolhe ambos os padrões (o que significa todos os três) como padrões objetivos para fins da estabilidade monetária, o problema da administração da moeda torna-se também o problema de conservar estável a relação entre esses padrões. Dessa forma, o impacto da moeda sobre os mesmos é de crucial importância. É aqui que Keynes dá outro passo importante no sentido do seu afastamento da Teoria Quantitativa da Moeda, quando ele argumenta que, dado que a quantidade de moeda não pode influenciar diretamente nenhum dos elementos dessa relação, ela não produzirá nenhum efeito sobre quaisquer dos Padrões — Trabalho ou Poder de Compra —; a administração da moeda não manterá a equivalência entre os padrões escolhidos. Decorre daí que a moeda é redundante como uma explicação para preços, pois ela não produz efeito no "esforço de produtores ou gasto de consumidores". Vale dizer que a quantidade de moeda não terá nenhum efeito direto sobre a produção ou sobre o emprego, porque, se ela não tem nenhuma influência na relação entre custos e preços, não pode criar qualquer estímulo para alterar o nível normal de operações. Qualquer impacto que a moeda possa ter advirá, indiretamente, através do seu efeito sobre a taxa de juros, e daí para a relação entre I' e S . O comportamento dos salários permanece independente, somente influenciado pela tecnologia como contida em e pelo efeito transbordamento de $I' > S$ sobre W .

Esse resultado deriva do fato de a determinação dos preços fazer-se em termos das decisões de dois grupos distintos, famílias e firmas, e da forma como influenciam as duas proporções: (a) as proporções em que os ganhos são divididos entre gastos de consumo e poupança; (b) e as proporções em que os gastos dos empresários com trabalho são divididos entre o emprego na produção de bens de consumo e o emprego na produção de bens de investimento. Somente os fatores que alteram as decisões das famílias e das firmas sobre essas proporções terão efeitos sobre preços e, dados os salários, sobre os lucros, bem como sobre as decisões de produção e de emprego. Daí a insistência de Keynes quanto à importância de uma taxa fixada por um Banco Central no intuito de influenciar a taxa de juros do mercado, dessa forma mantendo I' igual a S no processo de estabilização do poder de compra em geral e do poder de compra do trabalho.

Na **Teoria Geral**, a perspectiva de Keynes muda da administração da moeda para o saneamento do persistente nível de desemprego; a ênfase em dois centros independentes de decisão — os gastos das famílias com bens e serviços e a composição do emprego no que se refere à produção de bens de consumo e de investimento pelas

firmas — é substituída por um único tomador de decisão tomando duas decisões: empresários decidindo sobre o nível de ocupação da capacidade instalada existente e sobre o acréscimo de capacidade a ser feito, através da decisão de realizar gastos líquidos de investimento. As decisões das famílias passam a ser incorporadas no mecanicismo da função consumo, que é importante não pelos fatores que determinam as decisões de consumo, mas pelo fato de que seu valor marginal é menor do que a unidade. Keynes hesitou entre considerar a função consumo como uma das variáveis psicológicas "independentes" e tomá-la como uma constante ou "dada", cujas alterações não seriam diretamente relevantes para a análise do problema em foco.

Portanto, a questão para a qual Keynes tenta respostas sofreu mudanças na **Teoria Geral**. Keynes não mais está à procura do padrão ideal necessário à administração monetária, mas, antes disso, busca a explicação para os determinantes dos níveis de produção e de emprego. Com a tomada de decisões restrita apenas ao empresário, foi uma decorrência natural adotar o padrão que tivesse a maior relevância para a decisão a ser tomada pelos empresários, a decisão de empregar trabalhadores. Esse padrão é o já mencionado Poder-Trabalho do Dinheiro ou Padrão-Remuneração, que mede "o poder de compra, pelo dinheiro, de unidades de esforço humano". No **Tratado**, Keynes reconheceu que

"(...) o principal obstáculo no que tange à mensuração desse padrão se encontra na dificuldade de determinar uma unidade comum através da qual se possam comparar diferentes espécies de esforço humano. Mesmo que concordemos — como devemos concordar — que é adequado ignorar as gradações de aptidão nessa relação e pretender que a taxa de ganhos por unidade de esforço represente uma média de todos os graus de aptidão efetivamente predominantes na sociedade, devemos ainda, pelo menos teoricamente, ter em conta as variações na intensidade, no desconforto e na regularidade do trabalho" (KEYNES, 1930, p.63).

Por decorrência, a adoção desse padrão na **Teoria Geral** tornou necessário o suposto de uma distribuição constante de níveis de aptidão e um correspondente conjunto constante de diferenciais de remuneração, "(...) a melhor aproximação que pode ser alcançada (...) para tomar como nosso índice do poder-trabalho do dinheiro (...) [são] os ganhos monetários médios horários do conjunto dos trabalhadores de cada categoria" (KEYNES, 1930, p.63).

Resulta disso a percepção de que a adoção da "unidade-salário" como o padrão na **Teoria Geral** não pretendeu estabelecer um método consistente de agregação ou um meio de traduzir valores reais em nominais, mas, sim, estabelecer um padrão adequado à administração da firma pelo empresário, no sentido de produzir a máxima lucratividade. Dado que a "unidade-salário" ou o Padrão-Trabalho é um valor "real" ou "objetivo" (no sentido usado anteriormente na discussão do **Tratado**) no que diz respeito ao empresário, disso não necessariamente decorre que a unidade-salário deva ter rigidez ou ser constante para poder ser utilizada como padrão, embora seja necessário, se for para utilizá-lo na administração do nível de emprego, que os diferenciais de remuneração devam ser constantes e independentes do nível de produção. A

suposição fundamental para a aplicação do Padrão-Trabalho é a constância dos diferenciais de remuneração, e não salários monetários rígidos.²

Há algumas evidências, entretanto, sugerindo que esta é uma suposição que Keynes derivou de sua experiência, conforme **Teoria Geral**, (KEYNES, 1936, p.13-4); a sua insistência no sentido de que os trabalhadores tentariam usar de barganha quanto aos seus salários monetários para preservar os seus salários reais relativos recebeu a crítica de que ele teria suposto que os trabalhadores sofrem de ilusão monetária, quando, ao contrário, ele supôs que os trabalhadores tinham consciência, como ele próprio tinha, de que os salários reais eram determinados por fatores que estavam fora de seu controle direto.

Houve, no entanto, uma perda na passagem do sistema de "dois padrões" do **Tratado** para o sistema de padrão único da **Teoria Geral**. Como já referido, o equilíbrio definido no **Tratado** podia ser expresso em termos de uma equivalência entre os Padrões Trabalho e Poder de Compra: $1/P = e/W$ ou $WN = PR$ ou $W/P = R/N$. Essas condições, deve-se observar, são iguais à igualdade renda-gastos da **Teoria Geral**. Fora do equilíbrio, quando $I' \neq S$, os dois padrões não mais se equivalem a $1/P$, e, por decorrência, a W/P , caindo ou aumentando em relação a W/e , dependendo se I' é maior ou menor do que S . Por exemplo, se $I' > S$, o poder produtivo do dinheiro referido ao trabalho permanece imutável para os empresários, enquanto cai o poder de compra referido a mercadorias do dinheiro recebido como salário, a diferença dando origem a "lucros extraordinários". Assim, o movimento relativo dos dois índices indicará o movimento dos preços e do montante de lucros (lucros normais, incluída a remuneração normal dos empresários, mais lucros extraordinários).

Se escrevermos $e = R/N = A$ (produto médio do trabalho) e se $(I' - S)/R$ são os lucros ou perdas extraordinárias por unidade de produção de bens de consumo, então a equação fundamental para os preços de bens de consumo pode ser escrita como $P = k(W/A)$, se definirmos k como $1 + K$ e $K = [(I' - S)/R] / (W/A)$, tornando-se k a medida da divergência entre os dois padrões. Expresso dessa forma, k pode ser identificado como o fator mais comumente conhecido como "o grau de monopólio" ou "o *markup* dos preços sobre custos". Na definição de Weintraub k é Z/wN , de forma tal que $1/k$ se torna uma medida da participação do trabalho na renda nacional (mas observe-se que W , no sentido empregado no **Tratado**, compreende os custos totais, incluindo a remuneração dos empresários, o custo do trabalho indireto, etc.).

Em condições "normais" de estabilidade monetária, A é constante e $k = 1$, de forma que uma maneira alternativa de encarar a equivalência dos padrões é em termos da constância do grau de monopólio ou da distribuição da renda. Alterações nos preços são então percebidas como resultantes de mudanças naqueles fatores que determinam

² John Hicks também observou que a teoria de Keynes emprega um "padrão-trabalho", em contraposição a, por exemplo, um "padrão-ouro", mas chega à conclusão oposta de que o nível nominal de salários é não só constante, mas rígido (uma breve exposição dessa idéia é encontrada em HICKS, 1985). Hicks sugere que Keynes supôs salários rígidos como resultado de suas observações do movimento dos salários durante o retorno ao padrão-ouro (a referência implícita é à Greve Geral em 1926).

a distribuição da renda. Isso explicita a natureza relativa dos padrões empregados, dado que não há nada que explique a distribuição normal da renda — isto é, o nível de preços relativo aos salários —, a qual está implícita na posição de equilíbrio $k = 1$, ou as alterações nos níveis de eficiência dos próprios salários.

Dado que K é uma função de decisões de investimento em relação a poupanças, o *markup* nos bens de consumo, k , torna-se uma função da taxa de juros (o que faz com que os preços dos bens de consumo tenham comportamento similar ao dos preços dos bens de capital, que também são determinados pelas taxas de juros). Mudanças distributivas são, então, causadas pela divergência entre a taxa de juros e seu valor "natural". Mas, dado que a taxa "natural" é aquela que preserva a distribuição normal da renda, não há forma objetiva de se determinar a taxa natural. Como Nell (1973) enfaticamente observou, não há uma base objetiva sobre a qual se fundamentem as remunerações, sejam estas absolutas ou relativas. Colocado de forma simples, uma relação tecnológica tal como a produtividade marginal simplesmente não fornecerá essa base.

Nessas condições, pareceria apropriado estender a sugestão de Chick (1985) de que o uso feito por Keynes da unidade-salário representa uma referência a circunstâncias historicamente postas governando os níveis salariais de forma a incluir os diferenciais salariais e de aptidão historicamente determinados. A distribuição-base ou "normal" da renda entre salários e lucros é então historicamente determinada, como também o é a taxa natural de juros que produz $I' = S$ e $k = 1$. Alternativamente, poder-se-ia especificar o pleno emprego como o ponto onde $k = 1$. Isso evidenciaria que esta é uma das razões para a existência da função emprego na **Teoria Geral**: fixar o padrão.

Dessa forma, podemos concluir, tentando fornecer uma explicação para a simpatia reiterada nos escritos de Keynes,

"(...) pela doutrina pré-clássica na qual tudo é produto do trabalho, auxiliado pelo que se chamava de arte (cf. Walras!) e agora é denominado técnica, pelos recursos naturais gratuitos ou que têm custo determinado pela sua escassez ou abundância, e pelos resultados do trabalho passado, incorporado aos ativos, que também têm seu preço determinado de acordo com sua escassez ou abundância. É preferível considerar o trabalho, compreendendo, neste, evidentemente, os serviços prestados pelos empresários e seus assistentes diretos, como o único fator de produção, operando em um dado ambiente de técnica, de recursos naturais, de capital físico e de demanda efetiva. Isso explica parcialmente por que temos sido capazes de tomar a unidade de trabalho como única unidade física necessária em nosso sistema econômico, mantendo à parte unidades monetárias ou de tempo" (KEYNES, 1936, p.214).

A inclusão da remuneração dos empresários é uma clara referência às definições contidas no **Tratado**, onde, em equilíbrio, $P = W/e$, e os preços refletem os custos do trabalho. Embora $I' = S$ não necessariamente implicar que a taxa de juros seja nula, a passagem acima aparece na argumentação de Keynes sobre o fato de que o capital é remunerado somente em decorrência de uma preferência por liquidez positiva, não porque é produtivo (ou malcheiroso, ou arriscado). Se a preferência pela liquidez é conduzida ao ponto de pleno emprego, e esse ponto leva as taxas de juros ao nível da

taxa de risco pura, a qual, em pleno emprego, deve ser próxima de zero, então o padrão relevante é o Padrão-Trabalho. É interessante notar que, numa versão anterior dessa passagem, Keynes faz referência à condição marshalliana de equilíbrio a lucro zero:

"Na medida em que podemos associar os custos de produção com os custos do trabalho, a moderna doutrina segundo a qual os preços tendem a se igualar aos custos marginais da produção é, em certo sentido, um retorno à antiga concepção da unidade-salário como o padrão de valor fundamental" (KEYNES, 1973, v.13, p.454).

Bibliografia

- CHICK, V. (1985). Time and wage-unit in the method of "The general theory": history and equilibrium. In: LAWSON, T., PESARAN, H. ed. **Keynes economics: methodological issues**. London: Croom Helm.
- HICKS, John (1985). Keynes and the world economy. In: VICARELLI, F., ed. **Keynes's relevance today**. Philadelphia: University of Pennsylvania.
- KEYNES, J. M. (1930). **A treatise on money**. London: Macmillan.
- KEYNES, J. M. (1936). **The general theory of employment, interest and money**. London: Macmillan.
- KEYNES, J. M. (1973). The general theory and after., part I preparation. In: _____. **The collected writings of J. M. Keynes**. London: Macmillan. v.13.
- KREGEL, J. A. (1989). Keynes, income distribution and incomes policy. In: _____. **Macroeconomic problems and policies of income distribution: functional, personal and international**. Upleadon, UK: E. Elgar.
- NELL, E. J. (1973). The fall of the house of efficiency. In: WEINTRAUB, S., ed. **Income inequality; the annals of the American Academy of Political and Social Science**.
- WEINTRAUB, S. (1959). **A general theory of the price level**. Philadelphia: Chilton.

Abstract

The author discusses the Keynes' concern about the definition of a standard which serves as a reference point for the management of Representative Money.